

CONSCIENTIZAÇÃO COMO PROCESSO DE LIBERTAÇÃO

Marco Aurélio de Patrício Ribeiro

O objetivo deste artigo é compreender o termo conscientização, bastante utilizado por Paulo Freire. Este conceito tem quase 40 anos, mas ainda enseja controvérsias de interpretação. O termo conscientização é subjetivo, assim como o vocábulo autonomia; ambos são ainda imprecisos, mas apontam para uma linha de pensamento que evolui e se atualiza. Ambos os conceitos têm sua raiz nas preocupações básicas do educador durante sua prática pedagógica. Uma destas preocupações de Paulo Freire foi com a alfabetização de adultos. Suas propostas para a superação deste problema surgiu de uma análise crítica realizada, por ele e demais educadores progressistas, do modelo de escola existente e respaldado pelo sistema nas décadas de 1940 a 1960. As críticas de Paulo Freire ao modelo, que chamou de pedagogia tradicional, tornam-se o alicerce de onde emergem novas concepções pedagógicas, desencadeando práticas educativas chamadas progressistas.

Freire sabia que o modelo de educação então vigente era excludente e atendia aos interesses da classe que se consolidou no poder: a burguesia. Desencadeando uma sociedade que difundia a democracia burguesa celebrada “livremente” pela população e que necessitava acabar com a ignorância, pois dessa forma transformaria os indivíduos em cidadãos. Paulo Freire chamava o modelo de excludente pelo fato de negar à pessoa humana “ser mais”, tirando-lhe a capacidade de entender-se e de realizar-se como um projeto. Ser excluído significa ter sua cidadania¹ vetada, ou seja,

¹ Para Paulo Freire, cidadania é a sociedade estruturar um modelo de organização que possibilite a pessoa humana viver com dignidade.

as condições para o “ser mais” tornam-se inviáveis. O modelo de escola existente então era tido como um antídoto à ignorância e tinha como papel transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade. A escola centra sua ênfase no professor que é o transmissor do seu acervo cultural, cabendo aos alunos, passivamente, assimilar os conhecimentos transmitidos.

A metodologia de ensino tradicional é dedutiva e baseia-se no aprendizado de conceitos e noções. É o que Paulo Freire chama de “educação bancária”, pois reproduz o sistema de dominação vigente nas relações sociais capitalistas. Os conteúdos na “educação bancária” tendem a ser algo sem vida e petrificar-se em narrações desencarnadas do momento social vivido; o professor fala da realidade como se ela fosse um movimento estático, ou seja, a educação passa a ser um “ato de depositar” no qual, os alunos são os depósitos. Em lugar de comunicar, o professor dá comunicados que os alunos recebem pacientemente, depois aprendem e repetem.

Na concepção bancária da educação, o conhecimento é um dom concebido por aqueles que se consideram como seus possuidores àqueles que eles consideram que nada sabem. Projetar uma ignorância absoluta sobre os outros é característica de uma ideologia de opressão. É uma negação da educação e do conhecimento como processo de procura. O professor apresenta-se aos seus alunos como seu contrário necessário: considerando que a ignorância deles é absoluta, justifica sua própria existência. Os alunos, alienados como os escravos na dialética hegeliana, aceitam sua ignorância como justificativa para existência do professor, mas diferentemente do escravo, jamais descobrem que eles educam o professor. (FREIRE, 1980, p. 79).

A educação bancária reflete a sociedade opressora em seu conjunto por meio da posição que propõe aos estudantes, pois eles é que devem ser ensinados, e não de reconhecer que nada sabem e os professores

sabem tudo, devem deixar que o professor pense por si e por eles; deixarem-se disciplinar, ser submissos e adaptarem-se aos conteúdos propostos.

A escola tradicional disciplina para a ingenuidade, não estimulando o desenvolvimento ao não valorizar uma atitude crítica e sistemática de ler o mundo, que é passado para o educando como uma estrutura superior a ele, devendo, portanto, apenas conformar-se à dinâmica de seu funcionamento. Desta forma, essa modalidade de ensino mata no aluno a curiosidade, o espírito crítico e científico, além de comprometer a capacidade criativa. É uma forma de educação centrada na memorização de informações e não na compreensão dos fenômenos, buscando os agentes causais. A concepção bancária não admite nivelção na relação professor-aluno, impedindo assim a dissolução da contradição de papéis e impossibilitando o surgimento de outra relação aberta ao diálogo que levasse ao surgimento de um conceito de libertação, já que romperia com o sistema de opressão que tanto marca a relação acadêmica.

Ao denunciar a educação como prática da dominação, Freire alerta para o fato de repassar os valores da “sociedade repressora”, criando o que ele chamou de “cultura do silêncio”, em que os educando são meros seres em adaptação ou ajustamento perdendo a possibilidade de ler a realidade e acreditar poder transformá-la. Ao denunciá-la, não esperava ser aceito pelas elites dominantes, ao contrário, visava a chamar a atenção dos educadores “bem-intencionados” para o fato de não ser possível fazer uso de métodos da concepção “bancária” para atingir fins de conscientização.

A visão ingênua que homens e mulheres têm da realidade faz deles escravos, à medida que, não sabendo que a podem transformar, sujeitam-se a ela. Essa descrença em relação à possibilidade de intervir na realidade em que vivem é alimentada pelas cartilhas e manuais escolares que situam homens e mu-

lheres como observadores e não como sujeitos dessa realidade.

No último capítulo de *Pedagogia do oprimido*, Paulo Freire, ao analisar a matriz antidialógica, destaca como características do pensamento da classe dominante em relação ao método educacional:

[...] a necessidade da conquista da consciência do oprimido estando sempre presente a ânsia de oprimir (p. 165); a criação de ilhas divisórias para facilitar a dominação pois gera conflitos e cisões entre os excluídos aprofundando seus confrontos internos (idem); a manipulação como instrumento de conquista de consciências (formas de ver o mundo) evitando a organização das massas populares (p. 173); a invasão cultural que consiste na penetração da cultura do dominante na visão de mundo do dominado. (p. 178).

Freire alerta para a ideia de que a superação destes aspectos ocorre por uma posição dialogal mediante colaboração, união, organização e do resgate cultural da forma de pensar do excluído, rompendo com o pensamento hegemônico da classe dominante.

A concepção antidialogal da educação bancária conduz a uma imersão da consciência do oprimido no mundo preparado pelo opressor. Freire chama de “postura de aderência ao opressor”, a qual leva o oprimido a absorver os valores, a ideologia e os interesses do dominante, incapacitando-o de ver concretamente os instrumentos de dominação ou, ainda, ensejando um “medo da liberdade”, travando uma luta interna na consciência do oprimido, na qual este vivencia o conflito de submeter-se ao sistema ou indignar-se diante dele.

O educando formado no modelo bancário apresenta ausência de crítica pessoal e social e, consequentemente, uma falta de consciência ou uma consciência ingênua, como chamava Paulo Freire, pois não se sente capaz de transformar o mundo. Este acredita que o mundo já está feito, não discute opções e tem medo

de mudar. Sua palavra é reflexo do que já foi expresso; seu pensamento também é reflexo e influenciado pelos que os outros pensam, é acomodado e incapaz de assumir uma posição crítica diante da sua situação, pois não vê a relação causa-efeito.

A Consciência Ingênua

Paulo Freire define consciência como a estratégia ou o caminho pelo qual o pensamento humano busca o mundo exterior; é o contato do sujeito com o objeto fenomenológico existente fora de si. Por intermédio da consciência, percebemos o nosso derredor e apreendemos pela ideação analítica sua forma de funcionamento possibilitando interagirmos com ele.

Dependendo do tipo de consciência predominante no indivíduo, este pode interagir de diferentes formas com os mesmos fenômenos. Freire observou no povo brasileiro a existência de pessoas que pareciam não ter visão social de nenhuma espécie. Acreditava Freire que seriam fruto de uma escola não crítica, tradicional e bancária. A ausência da capacidade de criticar levava estas pessoas a um determinismo que impossibilitava que se produzisse nelas uma crença na capacidade do ser humano fazer sua história.

Outra forma de consciência detectada parece profundamente influenciada pelas diversas correntes de pensamentos religiosos existentes no nosso país, é uma consciência fatalista e mágica, pois nela a pessoa já tenta relacionar causa e efeito, no entanto atribui a causas fora do mundo a origem dos problemas. Deuses, outras expressões de transcendência e até o destino são acusados de responsáveis pelos acontecimentos. Ao atribuir ao transcendente a responsabilidade dos fenômenos, a pessoa não conseguirá perceber com clareza as verdadeiras causas, resignando-se diante das questões sociais, como miséria, pobreza, fome e injustiças.

Paulo Freire distingue três níveis de consciência — ingênua, transitiva e crítica —, que abrangem desde

a consciência em estado natural (em potencialidades, vir a ser), até quando ela assume de maneira mais plena sua capacidade de descobrir a realidade. Não se trata, porém, de níveis formais de conteúdo nem de operacionalização, nem se trata de um *continuum* de evolução da consciência, como muitos pensam. A aquisição da consciência é um fenômeno social que se desenvolve desde o contato com o mundo e a interação dialogal com o outro. O tipo de visão de mundo que acarretará está diretamente ligada à qualidade deste contato; daí a luta do educador por uma educação crítica que facilitaria a aquisição da capacidade de pensar de modo mais consciente para todos os cidadãos.

A consciência ingênua é a consciência humana no grau mais elementar do seu desenvolvimento, pois percebe os fenômenos, mas não consegue colocar-se à distância para julgá-los. É a consciência em estado natural, tida como uma consciência “natural”, pois sua superação ocorrerá à medida que a pessoa passe por um processo de “humanização”.²

Podemos estudar a consciência ingênua em dois momentos: o seu tempo de semi-intransitividade e a visão ingênuo-transitiva. A primeira é definida por Freire como aquela em que o condicionamento às estruturas sociais vigentes e a cultura do dominador são de tal modo marcantes que, por um processo de aderência ou imersão, a consciência dominada não consegue ver de forma crítica o mundo que a cerca, percebendo de maneira deturpada os fatos sociais, carecendo de uma percepção estrutural; não existindo tal percepção, os homens atribuem a origem dos fatos sociais em suas vidas a uma realidade superior.

² O termo humanização foi utilizado por Paulo Freire para expressar a capacidade de afastar-se dos fenômenos sociais, podendo assim analisá-los e perceber que são passíveis de superação. Seria um ato de ruptura com a cultura do silêncio e a superação da aderência à cultura do dominador.

Não tendo tal percepção estrutural, os homens atribuem a origem dos fatos e das situações vividas em suas vidas, seja a uma realidade superior, seja a uma causa inferior a si mesmos. Em ambos os casos a causa da problemática é algo que está fora da realidade objetiva. (FREIRE, 1980, p. 67).

Paulo Freire recorre a um termo utilizado na Psicologia para explicar como esse fenômeno se processa na consciência das pessoas. Este vocábulo é racionalização, um pensamento inconsciente por meio do qual a pessoa procura autojustificação, no que concerne a sua circunstância de vida, conseguindo, ao fazer uso desse processo, aceitar conscientemente, com menor sofrimento psíquico, as infelicidades de sua vida. Desta forma, a explicação para os problemas sociais é vista sempre como fora da realidade concreta, ora nos desígnios divinos, ora no destino ou no fato de serem naturalmente inferiores diante de uma sociedade superior. A visão ingênua está sempre associada ao fatalismo, ensejando passividade diante do mundo num comportamento mágico-defensivo.

Quando a pessoa começa a perceber as fendas na forma de organização da sociedade, é que se inicia um período de transição no qual a consciência submersa e silenciosa inicia a superação desse estágio, mas isso não quer dizer que rompam imediatamente com a “cultura do silêncio”.

A Consciência Ingênuo-Transitiva

A visão ingênuo-transitiva surge nesse momento e apesar de ser tão dominada quanto a semi-intransitiva, dela se diferencia por estar mais bem disposta a percepção das origens das ambiguidades, mesmo ainda vendo o mundo de forma objetiva e superficial. Ocorre ampliação na capacidade de dar respostas aos problemas que existem no seu contexto; os interesses e preocupações se ampliam, já não ficam apenas na escala vital.

Ainda que se possa explicar a diferença qualitativa entre a consciência semi-intransitiva e a consciência ingênuo-transitiva pelo fenômeno de emergência devido à transformação estrutural na sociedade, não existe, apesar disto, uma fronteira bem definida entre os momentos históricos que produzem mudanças qualitativas na consciência dos homens. Para muitos, a consciência semi-intransitiva permanece presente dentro da consciência ingênuo. (Id. Ibidem., p. 68).

A conquista de uma consciência popular, que foi chamada por Paulo Freire de transitiva, por ainda ter características de ingenuidade, o início de um processo de superação da “cultura do silêncio” e a crença na possibilidade de termos as massas populares presentes no processo histórico são marcas que podem ser compreendidas como uma maneira mais ampla de consciência. As massas começam a ver o que antes não viam; é um desvelamento que provoca inquietudes tanto nos dominados como nas elites dominantes. As massas populares começam a desejar liberdade e passam a buscar sempre mais a superação do silêncio em que vinham permanecendo.

Em sua transição, o caráter estático da concepção ingênuo vai sendo superado progressivamente, as contradições sobem à superfície, provocando conflitos. Aparece outra forma de encarar a política, sendo rejeitado o estilo paternalista .

Devido às massas não permitirem, ao saírem do silêncio, a continuação do estilo político da sociedade fechada, não significa que pudessem expressar sua própria palavra. [...] A liderança populista é uma resposta a esta nova presença das massas no processo histórico [...] A manipulação populista das massas deve ser considerado sob dois prismas diversos [...] Por um lado um narcótico político que entretém não somente a ingenuidade da consciência que surge como também o hábito que as pessoas têm de serem dirigidas.

Por outro lado na medida em que utilizam protestos e reivindicações, acelera-se o processo pelo qual as pessoas “des-velam” a realidade. (FREIRE, 1980, p. 70).

A passagem de um estado de consciência ingênua para a transitiva é fundamental para desencadear futuras consciências críticas, tanto nas camadas populares como nas elites progressistas, que vão gradativamente unindo forças por diferentes caminhos (literatura, artes e educação) com as massas mais carentes da sociedade, descobrindo o mundo e abrindo espaço para a formação de consciências críticas.

Formação da Consciência Crítica — um Passo para a Conscientização

Conscientização é o processo pedagógico que busca dar ao ser humano uma oportunidade de descobrir-se por meio da reflexão sobre sua existência. Paulo Freire não é o inventor dessa palavra, como muitos pensam. Era uma palavra já utilizada pelos teóricos do ISEB.³ Foi no ISEB que Freire ouviu pela primeira vez essa palavra, ficando impressionado com a profundidade de seu significado, e percebeu que a educação, como ato de conhecimento e prática da libertação, é, antes de mais nada, conscientização. Desde então, essa palavra passou a fazer parte do seu universo vocabular com a qual ele exprimia posições político-ideológicas, razão por que passou a ser tido como o criador do termo.

Acredita-se geralmente que sou o autor deste estranho vocábulo “conscientização”, por ser

³ ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros — criado por Juscelino Kubitschek, em 1955, extinto em 1965 pelo governo militar. Era constituído de intelectuais que buscavam difundir as ciências sociais como instrumento de análise e crítica da realidade brasileira, como Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier.

este conceito central em minhas ideias sobre educação. Na realidade foi criado por uma equipe de professores do ISEB por volta de 1964. Ao ouvir pela primeira vez esta palavra, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade.

Desde então esta palavra faz parte do meu vocabulário, mas foi Hélder Câmara quem se encarregou de traduzi-la para o inglês e para o francês. (FREIRE, 1980, p. 25).

Paulo Freire deu a esse vocábulo um conteúdo político-pedagógico tão particular que pode ser considerado seu “pai”, como muitos pensam. O termo terminou enormemente difundido pelo mundo, tendo sido inclusive deturpado. Na sua ideia original, implicava ação, isto é, uma relação particular entre pensar e atuar. Uma pessoa ou um grupo que se conscientiza — sem esquecer de que ninguém conscientiza ninguém, pois as pessoas se conscientizam mutuamente por meio de seu trabalho cotidiano — é aquela capaz de revelar a razão de ser das coisas. Este descobrimento tem que ir acompanhado de uma ação transformadora expressa mediante uma ação política contra a exploração.

Para Paulo Freire, conscientização é o desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização comporta, pois, ir além da apreensão, chegando a uma fase crítica na qual a realidade se torna um objeto cognoscível e assume uma posição epistemológica para, “amando, conhecer”.

Conscientização é um compromisso histórico e também uma consciência histórica; é inserção crítica na história, implicando que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Esta não está baseada sobre a consciência de um lado e o mundo do outro, ao contrário, está baseada, sim, na relação consciência/mundo.

Essa conscientização nos convida a assumir uma posição utópica em relação ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em uma espécie de “fator utópico” como denominou Paulo Freire.⁴ Só que utopia é vista por ele não como o irrealizável, mas como um compromisso histórico com o estabelecimento de uma nova realidade que advirá. Esse processo se efetivaria por intermédio de um movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação no processo de luta libertadora. A conscientização que ocorre como processo num dado momento deve continuar no que se segue, em que a realidade transformada assume novo perfil.

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicalização utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmitificação. Por isto mesmo, a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “des-vela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante.”⁵

Conhecer os temas que mitificam a realidade é um caminho para a compreensão crítica da dinâmica da sociedade; conquistar, mediante uma consciência crítica, a visão capaz de mostrar o mundo; conhecer

⁴ Expressão usada em seu discurso *O processo de Alfabetização Política*. Genebra, outubro, 1970.

⁵ Seminário de Paulo Freire sobre *Conscientização e alfabetização de adultos*, Roma, 17 – 19 de abril de 1970.

a realidade e desmascarar a sua mitificação é iniciar uma transformação da realidade para a libertação dos homens.

Paulo Freire crê que, mediante a educação crítica e libertadora, os homens podem adquirir a consciência crítica que lhes permite descobrir a sociedade de modo crítico. Assim, a educação “domesticadora” estimula a falsa consciência, ao passo que a educação libertadora se esforça para levar os educandos a compreender os caminhos de conquista da libertação.

A educação crítica considera os homens como seres em devir permanente, como sujeitos inacabados, incompletos em uma realidade igualmente inacabada. O caráter da plasticidade evolutiva dos homens e o caráter mutante da realidade exigem que a educação seja uma atividade contínua, sendo permanentemente refeita pela práxis. Este modelo de educação enraíza-se no presente dinâmico, sem aceitar a ideia de estabilidade do presente e predeterminação do futuro; desta forma, torna-se uma educação revolucionária.

A educação crítica é a “futuridade” revolucionária. Ela é profética – e, como tal, portadora de esperança – e corresponde à natureza histórica do homem. Ela afirma que os homens são seres que se superam, que vão para a frente e olham para o futuro, seres para os quais a imobilidade representa uma ameaça fatal, para os quais ver o passado não deve ser mais que um meio para compreender claramente quem são e o que são. Ela compromete os homens como seres conscientes de sua limitação, movimento que é histórico e que tem como ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo. (FREIRE, 1980, p. 82).

O objetivo da educação libertadora é a formação de pessoas com uma consciência crítica apurada, capazes de perceber no aqui-e-agora social a situação em que se encontram emersos. Somente com a percepção crítica do entorno é que podem atuar de

forma libertadora. A consciência crítica é, portanto, o conhecimento ou a percepção que consegue desocultar certas razões a explicar a maneira como “estão sendo” os homens no mundo, exhibe a realidade, conduz o homem a sua vocação histórica de humanizar-se, fundamenta-se na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, promovendo e percebendo as reais causalidades dos fenômenos sociais e humanos.

A conquista da consciência crítica ocorre sobretudo mediante a dialogicidade. Portanto, ser crítico não é em nenhuma hipótese uma posição arrogante de ser o “dono da verdade”, ao contrário, implica estar aberto à verdade do outro. Aquele que tudo critica, ou o faz de forma destrutiva, pode até ter uma boa visão dos fenômenos, mas não tem consciência crítica.

A consciência crítica nos ajuda a ter a capacidade de opor-nos contra as coisas que nos são jogadas com algum interesse já elaborado, auxilia a enfrentar os *slogans* e a transformação de coisas supérfluas em necessárias que a sociedade consumista nos expõe. A capacidade crítica serve para detectarmos problemas pessoais e sociais, fazermos autocríticas, superarmos os fatos que ensejam alienação e que nos transformam em robôs levados pela moda, percebermos que nem tudo vai tão bem quanto o *marketing* oficial diz e ainda para que tenhamos esperança na capacidade humana de mudar a sociedade e, em consequência, não nos acomodemos.

A consciência crítica nasce da capacidade de julgar, confrontando ideias, os pressupostos que a sociedade nos coloca, o que implica uma concepção ética dos fenômenos humanos, mas não apenas da ética do sistema hegemônico, mas sim de uma ética humana que questione os modelos, usando como valor maior a preservação da pessoa humana nos seus aspectos biológicos e psicossociais.

Só existe consciência crítica se for engajada na realidade; ela não existe, em hipótese alguma, fora

dela. O senso crítico pode até existir como reflexão, pensamento ou filosofia, mas uma expressão mais profunda de consciência só ocorre se a pessoa se sente responsável por sua história e pela transformação da sociedade. Quem tem essa capacidade descobre que o mundo está cheio de contradições passíveis de superação, domina a capacidade de analisar a relação entre causa e consequência, encontra saída para os problemas e acha-se responsável por si e pela humanidade; domina a capacidade de criticar mas sem ser destrutivo; não se desliga da realidade ao analisar os problemas com que se depara na sua vida; e sabe criticar com humildade. As palavras de Freire mostram concretamente que não é possível prescindir de uma ação social, uma atuação no mundo, para chegar-se a uma consciência crítica. Fugir de uma ação concreta pode levar as pessoas a uma visão “turva” do mundo ou, na melhor das hipóteses, idealista.

Sei, muito bem, que a conscientização, implicando nesta reflexão crítica sobre a realidade como algo dando-se não pode prescindir da ação transformadora sem a qual não se concretiza o anúncio. A simples superação da percepção ingênua da realidade por uma crítica, não é o bastante para que as classes oprimidas se libertem. Para tal, elas necessitam organizar-se revolucionariamente e transformar a realidade. Esta organização demanda, porém, uma ação consciente que envolve a clarificação do que se encontra na “visão de fundo da consciência. (FREIRE, 1981, p. 94).

Construir um mundo melhor implica conhecimento crítico, não se podendo denunciar a estrutura se não a conhece. É atuando no mundo que transformamos ideias em projetos e daí em novas ideias e novos projetos, num devir permanente. Estes novos projetos só serão implementados por meio da práxis e não mediado pelo discurso, mesmo que este esteja repleto de boa vontade e conteúdos de fundamentação crítica.

Se me ponho numa posição idealista, dicotomizando consciência e realidade, submeto esta àquela como se a realidade fosse constituída pela consciência. Assim, a transformação da realidade se dá pela transformação da consciência. Se me ponho numa posição mecanicista, dicotomizando igualmente consciência e realidade, tomo a consciência como um espelho que apenas reflete a realidade. Em ambos os casos, nego a conscientização que só existe quando não apenas reconheço mas experimento a dialeticidade entre objetividade e subjetividade, realidade e consciência, prática e teoria. Toda consciência é sempre consciência de algo, a que se intenciona.

A consciência de si dos seres humanos implica na consciência das coisas, da realidade concreta em que se acham como seres históricos e que eles aprendem através de sua habilidade cognoscitiva. (FREIRE, 1981, p. 144).

Sob influência do pensamento marxista, Freire passa de um enfoque, em parte subjetivo, de análise do tipo de consciência presente em decorrência da conscientização, para uma avaliação mais ideológica e social. Surge o conceito de consciência social ou de classe, em que são mantidos os pressupostos da ação sobre o mundo presentes na consciência crítica, mas aflora um dado novo, a ênfase no aspecto revolucionário da humanização ou hominização da pessoa humana e, só assim, seria atingida uma autêntica conscientização e a conquista da libertação.

A humanização implica a descoberta da realidade, a mostra do antagonismo entre diferentes classes sociais e a negação da possibilidade de neutralidade nas atuações sociais. Não há possibilidade de humanizar na opressão, assim como não pode haver desumanização onde há libertação, e esta só se dará na práxis dos homens dentro da história. Não há, portanto, conscientização se de sua prática não resulte a ação consciente dos oprimidos como classe que partilha uma

consciência social. Ninguém chega à conscientização sozinho, pois o povo se conscientiza através do movimento dialético entre reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação na luta pela transformação da sociedade.

Como vimos, a conscientização leva à autonomia, mas só chega a esta quem está sintonizado com o mundo em que vive. Apesar do conceito de autonomia defini-la como algo subjetivo, ela se torna uma ferramenta presente, ativa e balizadora de práticas sociais quando contextualizada criticamente no momento histórico vivido.

Referências Bibliográficas

- CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Ideologia e educação*. São Paulo—SP: Editora Educação e Sociedade, 1980.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo—SP: UNESP 1997.
- FREIRE, Paulo R. *Ação cultural para a liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro—RJ: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Conscientização*. São Paulo—SP: Editora Moraes Ltda, 1980.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Método Paulo Freire*. Rio de Janeiro — RJ: Civilização Brasileira, 1965.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- STRECK, Danilo R. *Paulo Freire: ética, utopia e educação*. Petrópolis—RJ: Vozes, 1999.

PERGAMUM
BCCE/UFC